

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2003

Cria o Certificado de Mérito
Educacional

Autora: Deputada PROFESSORA RAQUEL
TEIXEIRA

Relator: Deputado PASTOR PEDRO
RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de resolução, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, que intenta criar o Certificado de Mérito Educacional.

Na justificação, sua autora esclarece que, “ao propor a criação do Certificado de Mérito Educacional, a ser conferido anualmente a Estados e Municípios que se destacaram na elaboração, implementação ou avaliação de seus planos de educação, nossa intenção é colocar à disposição da Câmara dos Deputados um instrumento que permita incentivar a elaboração, a implementação e a avaliação dos planos decenais previstos em lei, correspondentes ao Plano Nacional de Educação, ao mesmo tempo divulgar os resultados já alcançados e expressar o reconhecimento da sociedade pelas experiências bem sucedidas”.

A proposição em apreço foi distribuída, inicialmente, à Mesa Diretora, que a aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Inocêncio Oliveira.

Em seguida, foi encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a quem cabe analisá-la quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a teor do art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Relativamente aos aspectos que compete a este Órgão Colegiado pronunciar-se, verificamos que estão atendidas as normas constitucionais e regimentais relativas à competência privativa da Câmara dos Deputados para dispor sobre a matéria (CF, art. 51, IV; RICD, art. 109, III, “g”) e à legitimidade da iniciativa parlamentar (CF, art. 61, *caput*; RICD, art. 216, *caput*, § 2º).

De outro lado, em sendo a matéria de competência privativa da Câmara dos Deputados, o projeto de resolução é o instrumento adequado para discipliná-la, nos termos do 59, VII, da Constituição Federal, e do art. 109, III, do Regimento Interno.

Não há, pois, na espécie, ofensa alguma às normas constitucionais e regimentais pertinentes, nada havendo, em consequência, a objetar no tocante à sua constitucionalidade e regimentalidade.

Quanto à juridicidade, harmoniza-se plenamente o conteúdo da proposição em comento com os princípios e regras do ordenamento jurídico vigente.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa e à redação empregadas, constatamos algumas incorreções e omissões que discrepam das disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Com o objetivo de saná-las, apresentamos o anexo substitutivo.

Pelas precedentes razões, nosso voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 53, de 2003, na forma do anexo substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2003

Institui o Certificado do Mérito
Educacional

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º É instituído o Certificado do Mérito Educacional, a ser conferido anualmente, mediante proposta da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, aos Estados e Municípios que se destacarem na elaboração, implementação ou avaliação de seus planos de educação.

Art. 2º Serão concedidos dez Certificados do Mérito Educacional, distribuídos anualmente entre Estados e Municípios.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO
Relator